



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

**Processo TC** 5212/989/18  
**Poder** LEGISLATIVO  
**Município** São José do Rio Pardo  
**Entidade** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO  
**Período** 06/2018  
**Relator** Dr. Dimas Eduardo Ramalho  
**Unidade Fiscalizadora** UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU  
**Responsável** Matheus de Oliveira Pinto  
**Cargo** PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
**CPF** 393.424.798-98  
**Período de Gestão** 01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

**Posição no exercício anterior**

<b>Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	R\$ 0.00	R\$ 144.800,00
---	----------	----------------

#### Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	R\$ 0.00	R\$ 15.800,00	R\$ 0.00

#### Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	R\$ 0.00	R\$ 129.000,00	R\$ 36.200,02

Diante das baixas ocorridas aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, deve o órgão ser alertado, para a adoção dos ajustes necessários.

## 2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2018	R\$ 2.852.181,88	R\$ 145.482.617,41	1,9605%	1,9605%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2018, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,9605%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

## 2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 895.415,07
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 5.844,50
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 129.377,72
(=) Liquidez do Período	R\$ 760.192,85
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 2.429.000,04
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 3.060.192,89
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 129.000,00

O resultado de liquidez acima apresenta superávit, tanto no resultado atual do período, quanto no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao

adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 46,70%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 2.428.999,96
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 88.644,23
Despesas com folha de pagamento	R\$ 1.181.530,15
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>46,70%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 93.060.158,45
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 94.861.957,81
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 292.354,42
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite (sem CIP)</b>	<b>0,31%</b>
<b>Apuração do limite (com CIP)</b>	<b>0,31%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,31%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	54563
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 93.060.158,45
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 94.861.957,81
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 6.640.337,04
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.709.162,88

<b>Percentual Apurado (sem CIP)</b>	<b>1,84%</b>
<b>Percentual Apurado (com CIP)</b>	<b>1,80%</b>

(\*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,80%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

### **3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP**

#### **3.1 - ANALISE OCP**

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 06/09/2018

**Hora da Geração:** 21:56:25